



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATTO

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Processo Legislativo nº.42701/2025

Projeto de Lei nº. 94/2025

Relator: Francisco Paulo de Oliveira – União Brasil

PARECER N°207/2025

Da comissão de justiça e redação, sobre veto do projeto de lei nº 94/2025, de iniciativa do Vereador Leandro Andrade Preto, que “Institui o Programa Pomar Urbano Araucária”.

I – RELATÓRIO

O Poder Executivo Municipal vetou integralmente o Projeto de Lei nº 94/2025, de autoria do Vereador Gilmar Carlos Lisboa, que propõe a alteração da Lei Ordinária nº 3.398/2018, estabelecendo que o Município forneça gratuitamente placas de identificação para residências de pessoas diagnosticadas com TEA.

O veto se fundamenta na suposta usurpação de competência privativa do Executivo, com base no art. 61, §1º, II, "b" e "e" da Constituição Federal, e ainda na alegação de inconstitucionalidade formal por ausência de estimativa de impacto orçamentário, conforme art. 113 do ADCT e art. 16 da LRF (Lei Complementar nº 101/2000).

II – ANÁLISE

Embora o Executivo alegue invasão de competência, a matéria tratada no PL nº 94/2025 não altera a estrutura da administração pública, não cria nem extingue cargos ou órgãos, tampouco modifica o regime jurídico de servidores.

A jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, especialmente no Tema 917 da Repercussão Geral (ARE 878.911/RJ), estabelece que:





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATTO

Tese: Não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos (art. 61, § 1º, II, "a", "c" e "e", da Constituição Federal)

Além disso, o projeto complementa política pública já existente (Lei Municipal nº 3.398/2018), sendo, portanto, plenamente compatível com a função normativa do Legislativo. Trata-se de aperfeiçoamento de lei vigente, em benefício de uma população vulnerável, promovendo dignidade, inclusão e acessibilidade – valores fundamentais previstos no art. 1º, III, e art. 227 da Constituição Federal.

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

III - a dignidade da pessoa humana

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O veto também aponta ofensa ao art. 113 do ADCT e ao art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal, por ausência de estimativa de impacto orçamentário e declaração de adequação financeira.

Contudo, trata-se de medida de baixo custo, com caráter instrumental e simbólico — placas de identificação para um número relativamente pequeno de residências. A jurisprudência do STF (ADI 6303/RO) reconhece que a ausência de estudo de impacto





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATTO

não configura vício insanável quando a despesa é de valor irrelevante ou residual, especialmente se a iniciativa visa a garantir direitos fundamentais.

Além disso, o art. 16, §3º, da LRF admite exceção à exigência de estimativa nos casos de despesas irrelevantes, conforme definição da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) local, aplicável neste caso.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

§ 3º Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

III – VOTO

Diante de todo o exposto e, com base no que verificou-se através do presente, no que compete à Comissão de Justiça e Redação, o Veto a o projeto 94/2025, apresenta significada razão em seu teor. Assim, SOMOS PELA REJEIÇÃO DO VETO DO EXECUTIVO MUNICIPAL, ao qual deve ser dado ciência aos vereadores, bem como, submetido a deliberação plenária para apreciação, nos termos do Art. 174 do Regimento Interno desta Câmara.

Dessa forma, submeto o parecer para apreciação dos demais membros da comissão.

É o parecer

Araucária, 04 de julho de 2025.



FRANCISCO PAULO DE OLIVEIRA

04/07/2025 16:01:27

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Francisco Paulo de Oliveira

RELATOR CJR





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO – DIPROLE SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS

VOTAÇÃO DE PARECER

Na reunião realizada no dia 08 de julho de 2025 na Sala do Diprole da Câmara Municipal de Araucária, os Vereadores, Pedro Ferreira de Lima e Vagner José Chefer, membros da Comissão de Justiça e Redação, votaram favoráveis ao Parecer nº 207/2025-CJR, referente ao veto ao Projeto de Lei nº 94/2025.

Araucária, 08 de julho de 2025.



PEDRO FERREIRA DE LIMA

08/07/2025 15:23:57

CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.



VAGNER JOSÉ CHEFER

09/07/2025 16:18:54

CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 08/07/2025 15:24 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://ic.ipm.com.br/p2619865d3fb64>.

